

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ N° 09.541.336/0001-36

NIRE N° 42 3 0003373-1

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Ibitiúva Bioenergética S.A. (“Ibitiúva” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

A Ibitiúva é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para construir e gerenciar a operação da Usina Termelétrica Ibitiúva. A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em favor do Consórcio Andrade para atuar na cogeração de energia elétrica, utilizando bagaço de cana de açúcar como combustível pelo prazo de 15 anos a contar de abril de 2010. Fazem parte do Consórcio a Ibitiúva e a Tereos Açúcar e Energia S.A., com 72,9% e 27,1% de participação, respectivamente.

A Usina possui capacidade instalada de 33,0 MW e capacidade comercial de 16,7 MW médios. Está situada no município de Pitangueiras, Estado de São Paulo, e sua operação comercial foi iniciada em maio de 2010.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

Controle Acionário

O controle acionário da Companhia é exercido pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma holding controlada da ENGIE Brasil Energia, que participa com 95,0% do capital integralizado da Companhia. A Tereos Açúcar e Energia Brasil detém os demais 5,0% do capital da Ibitiúva.

Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

A Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A, controlada direta pela NewCo Tereos Internacional (BR) Ltda., é proprietária de uma unidade produtora de açúcar e álcool com capacidade de processamento de mais de três milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano.

Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 157,8 GWh, desempenho 14,3% superior à observada em 2023, que foi de 138,1 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2024 atingiu 69,1%, 8,8 p.p. superior ao obtido em 2023, de 60,3%.

Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2024	31.12.2023	Varição (R\$)	Varição %
Receita operacional líquida	46.417	44.346	2.071	4,7
Lucro bruto	31.015	26.475	4.540	17,1
Margem bruta	66,8%	59,7%		7 p.p
Resultado do serviço (EBIT)	30.816	26.290	4.526	17,2
EBITDA (Lajida)	38.968	34.406	4.562	13,3
Margem EBITDA (Lajida)	84,0%	77,6%		6,5 p.p
Resultado financeiro	6.934	7.187	(253)	(3,5)
Lucro líquido do exercício	33.930	29.622	4.308	14,5

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

Receita operacional líquida: o crescimento decorreu, substancialmente, de ajuste do contrato anual pelo IPCA.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: os aumentos ocorreram, substancialmente, em função de ajuste de contrato anual de venda de energia pelo IPCA e pela redução do reconhecimento de penalidade a pagar pela Companhia.

Resultado financeiro: a redução decorre, substancialmente, pela redução da média dos saldos de aplicações financeiras entre os anos e pela redução do CDI.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados, líquidos dos tributos sobre o lucro.

Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

A Administração

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.882	56.071
Contas a receber de clientes	5	6.101	3.870
Penalidades a ressarcir	6a	3.056	2.910
Outros ativos circulantes		2.195	7.219
		77.234	70.070
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Outros ativos não circulantes		761	694
		761	694
Imobilizado	7	3.742	11.842
Intangível	8	9.053	6.868
		13.556	19.404
TOTAL		90.790	89.474
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	4.188	6.339
Dividendos	11c	3.393	2.962
Penalidades a pagar	6b	6.118	6.686
Outros passivos circulantes		292	541
		13.991	16.528
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingência cível		58	82
		58	82
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		38.501	38.501
Reservas de lucros		7.703	7.703
Dividendos adicionais propostos		30.537	26.660
		76.741	72.864
TOTAL		90.790	89.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ Nº 09.541.336/0001-36 | NIRE Nº 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	46.417	44.346
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/8	(8.152)	(8.116)
Materiais e serviços de terceiros		(3.132)	(4.536)
Seguros		(1.768)	(1.217)
Penalidades		(980)	(2.891)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(659)	(605)
Pessoal		(494)	(306)
Outros		(217)	(200)
		(15.402)	(17.871)
LUCRO BRUTO		31.015	26.475
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(199)	(185)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		30.816	26.290
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		6.942	7.240
Despesas financeiras		(8)	(53)
		6.934	7.187
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		37.750	33.477
Imposto de renda e contribuição social	13		
Corrente		(3.820)	(3.855)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		33.930	29.622
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		0,8811	0,7001

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.930	29.622
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	33.930	29.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal			
Saldos em 31.12.2022		38.508	(7)	7.703	26.809	-	73.013
Dividendos intermediários		-	-	-	(26.809)	-	(26.809)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	29.622	29.622
Destinações propostas à AGO:							
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(2.962)	(2.962)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	26.660	(26.660)	-
Saldos em 31.12.2023	11	38.508	(7)	7.703	26.660	-	72.864
Dividendos intermediários		-	-	-	(26.660)	-	(26.660)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.930	33.930
Destinações propostas à AGO:							
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.393)	(3.393)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	30.537	(30.537)	-
Saldos em 31.12.2024	11	38.508	(7)	7.703	30.537	-	76.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	37.750	33.477
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	8.152	8.116
Outros	34	(28)
Lucro antes dos tributos ajustado	45.936	41.565
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.231)	(205)
Penalidades a ressarcir	(146)	(986)
Outros ativos circulantes	3.476	(3.216)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(2.151)	(932)
Penalidades a pagar	(568)	2.563
Outros passivos	(249)	(227)
Caixa gerado pelas operações	44.067	38.562
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.397)	(2.487)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	41.670	36.075
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(2.237)	(2.428)
Caixa líquido das atividades de investimento	(2.237)	(2.428)
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(29.622)	(32.958)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(29.622)	(32.958)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.811	689
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	56.071	55.382
Saldo final	65.882	56.071
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.811	689
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Compensação de imposto de renda e contribuição social	1.348	1.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ Nº 09.541.336/0001-36 | NIRE Nº 42 3 0003373-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE FORMA DIFERENTE)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ibitiúva Bioenergética S.A. (“Ibitiúva” ou “Companhia”), constituída em 06.05.2008, é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto construir, operar e manter unidades de geração para produção de energia elétrica, gerar créditos de carbono, participar no capital de outras companhias, quer como acionista ou sócia, e celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

A Companhia possui participação de 72,9% no Consórcio Andrade juntamente com a Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. (“Tereos”), que detém 27,1%. O consórcio possui autorização para explorar a Usina Termelétrica Ibitiúva (“UTE Ibitiúva”).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 24.04.2025

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo de vigência do Consórcio Andrade, visto que nessa data os ativos serão transferidos de forma não onerosa à Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.

c) Intangível

São registrados ao custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas.

d) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado e do intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo lucro presumido, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativos à participação no Consórcio Andrade são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, na proporção de sua participação, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado e intangível; e ao (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

I) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27			
Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10			
A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)			
As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	120	107
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	65.762	55.964
	65.882	56.071

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e de 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do CDI (taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2024, o saldo de R\$ 6.101 (R\$ 3.870 em 31.12.2023) refere-se aos valores vincendos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 não havia valores a receber vencidos.

NOTA 6. PENALIDADES A RESSARCIR E A PAGAR

a) Penalidades a ressarcir

Referem-se ao montante líquido a receber da Tereos pelo ressarcimento da indisponibilidade do fornecimento de energia, motivada por insuficiência de fornecimento de insumo, que resultou em geração de energia em quantidade aquém do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER).

Conforme o contrato de Consórcio, na hipótese de o empreendimento deixar de fornecer a quantidade de energia elétrica devida nos termos do CER, as partes responsáveis deverão ressarcir as penalidades eventualmente aplicadas ao Consórcio ou à Ibitiúva pela indisponibilidade de energia elétrica.

O montante de R\$ 3.056 (R\$ 2.910 em 31.12.2023) corresponde a estimativa dos montantes que a Companhia tem a receber da Tereos em decorrência da insuficiência de fornecimento de insumo.

b) Penalidades a pagar

O montante de R\$ 6.118 (R\$ 6.686 em 31.12.2023) corresponde a estimativa do valor devido à CCEE, decorrente da insuficiência de geração. A quitação desse montante ocorre no mês de abril do ano subsequente à insuficiência e registrada no passivo circulante.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	8,1%	92.092	(88.987)	3.105	10.358
Edificações e benfeitorias	7,2%	11.674	(11.322)	352	1.196
Móveis e utensílios	12,9%	91	(78)	13	16
		103.857	(100.387)	3.470	11.570
Em curso		272	-	272	272
		104.129	(100.387)	3.742	11.842

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2022	17.581	2.040	12	279	19.912
Ingressos	-	-	-	3	3
Transferências	-	-	10	(10)	-
Depreciação	(7.223)	(844)	(6)	-	(8.073)
Saldos em 31.12.2023	10.358	1.196	16	272	11.842
Ingressos	-	-	-	9	9
Transferências	6	-	3	(9)	-
Depreciação	(7.259)	(844)	(6)	-	(8.109)
Saldos em 31.12.2024	3.105	352	13	272	3.742

c) Autorização do Órgão Regulador

O Consórcio Andrade é detentor da autorização para geração de energia elétrica da UTE Ibitiúva, com vigência até abril de 2030.

NOTA 8. INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2024			31.12.2023
	Taxa média de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de extensão de consórcio	-	9.036	-	9.036	6.808
Direito de uso de servidão	7,5%	569	(552)	17	60
		9.605	(552)	9.053	6.868

b) Mutações do ativo intangível

	Direito de extensão de consórcio	Direito de uso de servidão	Total
Saldo em 31.12.2022	4.486	103	4.589
Ingressos	2.322	-	2.322
Amortização	-	(43)	(43)
Saldo em 31.12.2023	6.808	60	6.868
Ingressos	2.228	-	2.228
Amortização	-	(43)	(43)
Saldo em 31.12.2024	9.036	17	9.053

c) Direito de extensão de consórcio

Em 2021, por meio de aditivo ao acordo firmado entre a Ibitiúva e a Tereos, descrito na Nota 6 – Penalidades a ressarcir e a pagar, determinou-se que, a partir de 01.01.2021, na hipótese de o empreendimento entregar energia inferior a 100% do contratado por motivos atribuíveis à Tereos, o percentual entre 95% e 100% deverá ser ressarcido mediante extensão do prazo de consórcio, sendo os ativos transferidos para os parceiros ao término do consórcio, juntamente com a autorização, por meio de cessão não onerosa e os consórcios serão encerrados. O prazo inicial de transferência dos ativos, incluindo a autorização, para os parceiros é 02.2025, o qual será estendido até que todas as previsões contratuais sejam cumpridas.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de materiais e serviços	2.261	141
Fornecedores de imobilizado	1.853	1.853
Encargos de uso da rede elétrica	72	71
Energia elétrica comprada para revenda	-	4.270
Outros	2	4
	4.188	6.339

Do montante total devido a fornecedores de imobilizado, R\$ 1.467 refere-se a saldo cujo pagamento foi retido, em virtude de discussão judicial. A Companhia aguarda o trânsito em julgado da ação para liberação do montante. Os demais valores apresentados na rubrica “Fornecedores de imobilizado” correspondem a outras pendências contratuais.

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	65.762	55.964
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	120	107
Contas a receber de clientes	6.101	3.870
Penalidades a ressarcir	3.056	2.910
	75.039	62.851
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	4.188	6.339
Penalidades a pagar	6.118	6.686
	10.306	13.025

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia, em 31.12.2024 e 31.12.2023, era de R\$ 38.501, representado por 38.508.009 ações, sem valor nominal, conforme a seguir apresentado:

Acionistas	Capital social			Quantidade de ações	
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Subscrita	Integralizada
ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP)	36.583	(7)	36.576	36.582.609	36.575.609
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	1.925	-	1.925	1.925.400	1.925.400
	38.508	(7)	38.501	38.508.009	38.501.009

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2023 e 31.12.2024
Reserva legal	7.703
	7.703

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. A Companhia atingiu o limite de 20% do capital social para a reserva legal no ano de 2020, por esse motivo não realizou destinação para tal reserva.

c) Dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	33.930	29.622
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	33.930	29.622
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	3.393	2.962
Dividendos intermediários	26.660	26.809
Total dos dividendos anuais	30.053	29.771
Dividendos atribuídos a:		
ECP	28.550	28.282
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	1.503	1.489

Adicionalmente, R\$ 30.537 foram propostos como dividendos adicionais do exercício findo em 31.12.2024 e estão registrados no Patrimônio Líquido na data destas demonstrações financeiras. Esses dividendos serão deliberados na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2025.

c.1) Composição dos dividendos a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
ECP	3.223	2.814
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	170	148
	3.393	2.962

c.2) Mutação dos dividendos a pagar

Saldo em 31.12.2022	6.149
Dividendos intermediários	26.809
Dividendos mínimos obrigatórios	2.962
Dividendos pagos	(32.958)
Saldo em 31.12.2023	2.962
Dividendos intermediários	26.660
Dividendos mínimos obrigatórios	3.393
Dividendos pagos	(29.622)
Saldo em 31.12.2024	3.393

NOTA 12. CONCILIA O DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a concilia o entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstra es dos resultados.

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Câmara de Comercializa�o de Energia Elétrica (CCEE)	48.175	46.026
	48.175	46.026
DEDU�OES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.758)	(1.680)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	46.417	44.346

NOTA 13. CONCILIA O DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	48.175	48.175	46.026	46.026
% de presun�o do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	3.854	5.781	3.682	5.523
Receita financeira	6.942	6.942	7.240	7.240
Base de cálculo	10.796	12.723	10.922	12.763
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribui�o social	(2.699)	(1.145)	(2.730)	(1.149)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribui�o social – resultado	(2.675)	(1.145)	(2.706)	(1.149)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Venda de energia

A Companhia vendeu no 1º Leilão de Energia de Reserva, através do Consórcio Andrade, 14,6 MW médios, correspondentes à sua participação na energia assegurada da UTE Ibitiúva Bioenergética. Em 31.12.2024, o valor das receitas líquidas futuras provenientes deste contrato totaliza R\$ 8.029.

b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição, cuja vigência é até a data de extinção da autorização da unidade geradora. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R\$ 4.366.

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores desse contrato são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo Engie. A vigência do seguro é até 31.05.2025 e o valor de cobertura é de R\$ 196.788 relativa a danos materiais e R\$ 56.757 relativa a lucros cessantes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da Ibitiúva Bioenergética S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Presidente

Sergio Roberto Maes

Direto Técnico-Operacional

Romary dos Anjos Silva

Diretora Administrativa e Financeira

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi

Contadora - CRC SC 043065/O-0



**Shape the future
with confidence**

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
IBITUVA BIOENERGÉTICA S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **IBITUVA BIOENERGÉTICA S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar



**Shape the future
with confidence**

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 24 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O